

## MERCADO DE TRABALHO

# Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de novembro

**Sandro Sacchet de Carvalho**

Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

sandro.carvalho@ipea.gov.br

Divulgado em 06 de janeiro de 2021.

## Sumário

Os impactos da pandemia sobre os rendimentos de novembro podem ainda ser medidos pelas diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. A análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 de novembro revela que os rendimentos médios habitualmente recebidos foram de R\$ 2.333, enquanto os efetivamente recebidos foram de R\$ 2.185, ou seja, 93,7% dos rendimentos habituais, valor 0,9 pontos percentuais (p.p.) acima do mês anterior. Contudo, os rendimentos efetivos do trabalho foram 0,4% menor que no mês anterior. Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 85,4% do que habitualmente recebiam (contra 83,2% em outubro), tendo seus rendimentos efetivos médios alcançado R\$ 1.626.

Os dados mostram também que 4,32% dos domicílios (cerca de 2,95 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do Auxílio Emergencial (AE), aproximadamente 0,44 p.p. menor que em outubro (ou 300 mil domicílios). A proporção de domicílios exclusivamente dependentes do AE foi muito maior no Nordeste, ultrapassando os 10% no Piauí.

Além disso, em média, após considerar o AE, a renda domiciliar ultrapassou em 1% a que seria caso houvesse recebido rendimentos do trabalho habituais. Esse impacto foi maior entre os domicílios de renda baixa, em que, após o AE, os rendimentos foram 19% maiores do que seriam com as rendas habituais. Contudo, o aumento causado na renda domiciliar média causada pelo AE foi R\$ 64 menor em novembro do que em outubro (R\$ 229,77 contra R\$294), e, com isso, mesmo com o aumento da renda domiciliar do trabalho efetiva, a renda média total domiciliar caiu de R\$ 3.851 em outubro para R\$ 3.783 em novembro, uma queda de 1,76%. Entre os domicílios de renda muito baixa, a queda foi de 2,8% (de R\$ 1.106 para R\$ 1.075). Os dados mostram também que cerca de 70% dos domicílios receberam em novembro a metade ou menos do valor do AE de setembro, proporção que entre os domicílios de renda muito baixa alcançou 80%.

Os microdados da PNAD Covid-19 de novembro nos permitem avaliar que o AE foi suficiente para superar em 35% a perda da massa salarial entre os que permaneceram ocupados, um decréscimo de 15 p.p. em relação ao mês anterior. O valor total do AE caiu de R\$ 21 bilhões em outubro para R\$ 16,5 bilhões em novembro. Dessa forma, mesmo com uma maior massa efetiva do trabalho e uma menor proporção de domicílios exclusivamente dependentes do AE, a massa total de rendimentos caiu R\$ 4 bilhões (de R\$ 274 bilhões em outubro para R\$ 270 bilhões em novembro).

Os dados da PNAD Covid-19 de novembro são claros em mostrar, seja analisando por faixa de renda ou por região, que, a despeito de a queda do AE ter diminuído a renda média dos domicílios e a massa efetiva total, o papel do AE na compensação da renda perdida em virtude da pandemia foi ainda importante, apesar do fato de os desembolsos do auxílio em novembro terem sido menores que outubro, pois as diferenças entre as rendas efetivas e habituais continuaram caindo. Pelo quarto mês consecutivo, o AE representa uma parcela da renda maior que a diferença entre a massa efetiva e a habitual para a economia como um todo, principalmente devido ao fato de ter-se observado recuperação da renda entre aqueles mais duramente afetados.

## 1 Introdução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente o sétimo mês dos microdados da PNAD Covid-19, versão da PNAD Contínua que pretende monitorar as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro durante a pandemia da Covid-19. Apesar de a PNAD Covid-19 ser uma pesquisa experimental, de forma que seus resultados devem ser interpretados com cautela, trata-se de uma pesquisa que possibilita avaliar o impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o papel que o AE teve na sustentação da renda domiciliar. O acompanhamento da análise detalhada dessas informações permitirá aprofundar o conhecimento sobre a situação atual do mercado de trabalho.

Em estudos anteriores,<sup>1</sup> mediram-se os impactos da pandemia sobre os rendimentos nos meses de maio a outubro por meio das diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. A análise dos microdados da PNAD Covid-19 de maio revelou que os rendimentos médios efetivamente recebidos alcançaram somente 82% dos rendimentos habituais, tendo alcançado 92,8% em outubro. Os resultados para o mês mostram que, em novembro, continuou a recuperação da renda média efetivamente recebida, e a diferença em relação à renda do trabalho habitual se reduziu, tendo atingido 93,7%. Além disso, apesar de o volume da renda proveniente do AE, em novembro, ter caído em comparação com o mês anterior, o total recebido do AE continuou superior à perda da massa salarial entre os que permaneceram ocupados.

1. Disponíveis em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702\\_cc48\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc48_mercado_de_trabalho.pdf)>,<[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724\\_cc48\\_mt\\_final.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724_cc48_mt_final.pdf)> e <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826\\_cc48\\_resultados\\_pnda\\_outubro.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826_cc48_resultados_pnda_outubro.pdf)>.

## 2 As diferenças entre os rendimentos efetivos e habituais do trabalho



Uma boa aproximação do impacto da pandemia sobre os rendimentos do trabalho são as diferenças entre a renda média efetivamente recebida e a renda média habitualmente recebida. Usualmente, as análises de conjuntura focam a renda habitualmente recebida, pois esta não apresenta sazonalidade e é livre de variações idiossincráticas na renda efetivamente recebida. Normalmente, excluídos os efeitos da sazonalidade, na média ou no agregado, os choques individuais na renda efetiva se anulam, tornando os rendimentos efetivamente recebidos semelhantes aos habitualmente recebidos.

Entretanto, os dados da PNAD Covid-19 de novembro revelam que os rendimentos médios efetivamente recebidos foram de R\$ 2.185,53, enquanto os habitualmente recebidos foram de R\$ 2.333,56, ou seja, os rendimentos efetivos representaram cerca de 94% dos rendimentos habituais.

A tabela 1 mostra os rendimentos médios efetiva e habitualmente recebidos de acordo com a PNAD Covid-19 de novembro, para o Brasil e para diferentes grupos demográficos. Conforme já mencionamos, a renda efetiva atingiu 93,7% da renda habitual, valor 0,9 p.p. maior que no mês anterior. Todos os diferentes grupos apresentaram melhoras na razão de rendimentos. Entre as regiões, no Sul, a renda efetiva subiu de 92,2% da habitual em outubro para 93,5% em novembro, enquanto o Centro-Oeste continua a região menos impactada (95,7%), assim como a região Norte (94,6%).

TABELA 1  
Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por grupos demográficos (nov./2020)

	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Razão dos rendimentos em novembro (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	Razão dos rendimentos em outubro
Brasil	2.185,53	2.333,56	93,7	-0,4	92,8
Norte	1.693,08	1.790,62	94,6	-1,4	94,2
Nordeste	1.593,78	1.699,56	93,8	0,3	93,0
Sudeste	2.435,50	2.613,72	93,2	-0,8	92,4
Sul	2.382,56	2.546,87	93,5	0,7	92,2
Centro-Oeste	2.437,61	2.548,38	95,7	-0,5	94,5
Masculino	2.333,87	2.496,17	93,5	-0,3	92,7
Feminino	1.974,88	2.102,64	93,9	-0,6	93,0
14 a 24 anos	1.181,58	1.241,21	95,2	0,7	94,3
25 a 39 anos	2.153,36	2.281,88	94,4	-1,5	93,7
40 a 59 anos	2.460,28	2.642,06	93,1	0,3	92,3
60 anos ou mais	2.660,81	2.896,38	91,9	0,4	89,8
Não chefe de família	1.903,64	2.021,76	94,2	0,0	93,4
Chefe de família	2.509,79	2.692,45	93,2	-0,8	92,2
Fundamental incompleto	1.171,00	1.291,64	90,7	0,4	89,5
Fundamental completo	1.444,76	1.591,69	90,8	0,7	89,5
Médio incompleto	1.310,34	1.434,04	91,4	-0,4	90,8
Médio completo	1.649,38	1.765,91	93,4	0,1	92,2
Superior	3.660,28	3.862,09	94,8	-0,9	94,1
Região metropolitana	2.634,71	2.822,35	93,4	-0,8	92,4
Não região metropolitana	1.851,67	1.970,25	94,0	0,1	93,1

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Nas últimas duas colunas da tabela, apresentam-se a taxa de crescimento da renda efetiva entre outubro e novembro e a razão entre os rendimentos efetivos e habituais de outubro.<sup>2</sup> A primeira coisa que se pode observar é que alguns dos grupos demográficos apresentaram aumento nos rendimentos efetivos entre outubro e novembro. Em média, a renda efetiva caiu 0,4% no mês, sendo a queda maior entre os trabalhadores com ensino superior e entre 25 e 39 anos.

Essa queda da renda efetiva não impediu a diminuição entre a distância dos rendimentos efetivos e os habituais para todos os grupos entre outubro e novembro, indicando que a queda da renda habitual foi ainda maior (como pode ser observado na tabela A.1 no apêndice). Para o Brasil, a razão de rendimentos subiu de 92,8% para 93,7%. No Sudeste, a razão subiu de 92,4% para 93,2%, enquanto no Norte subiu de 94,2% para 94,6%.

A tabela 1 revela poucas diferenças no impacto da pandemia entre a renda efetiva e a habitual por gênero, entre chefes e não chefes de família e regiões metropolitanas ou não. Em contrapartida, o efeito da pandemia continua mais severo entre os idosos (91,9%) e menor entre os mais jovens (95,2%), e o impacto foi menor entre aqueles com ensino médio ou superior (93,4% para trabalhadores com médio completo e 94,8% para aqueles com ensino superior). Porém, pode-se notar que, para todos os grupos demográficos a razão de rendimentos já supera os 90%.

Nas tabelas A.2 e A.3 no apêndice, detalhamos os rendimentos médios efetivos e habituais por Unidade da Federação (UF). Sob essa ótica, todos os estados já apresentam uma renda efetiva maior que 90% da renda habitual. Em novembro, os menos atingidos foram Acre, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, onde a renda efetiva superou 96% da renda habitual. O crescimento dos rendimentos efetivos entre outubro e novembro variou bastante entre os estados, com negativo para Amapá e Sergipe, que apresentaram queda da renda efetiva de 4,6% e 4,1% respectivamente.

Os dados da PNAD Covid-19 de novembro confirmam que, quando consideramos a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, nota-se que as diferenças continuam mais acentuadas. Na tabela 2, são apresentadas as diferenças entre os rendimentos médios efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação. Conforme já observado nos meses anteriores, os trabalhadores não formalizados permaneceram mais duramente atingidos pela pandemia. Os trabalhadores por conta própria receberam efetivamente apenas 85,4% do que habitualmente recebiam (contra 83,2% no mês anterior), tendo seus rendimentos efetivos médios alcançado apenas R\$ 1.626,29. Entretanto, nota-se uma recuperação mais acentuada, pois esse valor representa um crescimento de 1,7% da renda efetiva em relação a outubro. Já os trabalhadores do setor privado sem carteira assinada receberam efetivamente 91,6% do habitual (90,7% no mês anterior), porém apresentando uma queda de 1,7% na renda efetiva. Os empregadores também continuaram relativamente mais atingidos, tendo recebido 90,5% do habitual, mas apresentado

2. Os valores, em reais de novembro de 2020, dos rendimentos efetivos e habituais do trabalho para agosto e outubro são mostrados na tabela A.1 no apêndice.

ainda um rendimento médio acima de R\$ 5.100. Em contrapartida, os trabalhadores formais foram consideravelmente menos atingidos. Trabalhadores do setor privado com carteira receberam em média 96,9% do habitual (pouco acima do valor do mês de outubro), e os do setor público contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 98,4%. Entre militares e estatutários, a renda efetiva alcançou 98,7% da renda habitual; entre os trabalhadores informais do setor público, a renda efetiva foi 98,9% do habitual. Ou seja, entre esses trabalhadores já não se observam mais impactos significativos da pandemia nos rendimentos.

TABELA 2

**Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por posição na ocupação (nov./2020)**

	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Razão dos rendimentos em novembro (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	Razão dos rendimentos em outubro
Brasil	2.185,53	2.333,56	93,7	-0,4	92,8
Privado formal	2.137,23	2.205,97	96,9	-0,5	96,4
Privado informal	1.315,66	1.436,32	91,6	-1,7	90,7
Militar/estatutário	4.007,58	4.059,07	98,7	-1,0	98,5
Público CLT	3.592,23	3.652,26	98,4	-0,7	97,9
Público informal	2.031,95	2.054,96	98,9	0,2	98,6
Empregador	5.185,47	5.732,72	90,5	-0,5	89,5
Conta própria	1.626,29	1.904,54	85,4	1,7	83,2

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Essas diferenças por posição na ocupação se refletem igualmente quando consideramos o setor de atividade, como revela a tabela A.5 no apêndice. Como se observou no mês anterior, os trabalhadores mais atingidos pela pandemia ainda se encontram nos setores de serviços que apresentam um alto grau de informalidade e que dependem em maior medida da circulação das pessoas, mas mantêm-se os sinais de recuperação. Os cabeleireiros, trabalhadores de tratamento de beleza e serviços pessoais receberam efetivamente apenas 82,3% da renda habitual, auferindo uma renda média de somente R\$ 1.282, porém contra uma razão de rendimentos de 79,8% no mês anterior e apresentando um crescimento da renda de 3,7%. Outro setor ainda duramente afetado foi o de atividades artísticas, esportivas e recreação, com a renda efetiva ainda somente 83,5% da habitual, mas com crescimento da renda efetiva de 9,4%.

Entre outros setores duramente afetados, mas que apresentaram maior recuperação, estão serviços de alimentação (2,7%) e transporte de passageiros (1,8%). Os trabalhadores menos afetados encontram-se na administração pública, na indústria extrativa, nos serviços de utilidade pública, na educação, em serviços financeiros e armazenamento, nos correios e nos serviços de entrega.

### 3 Renda domiciliar e impacto do AE

Uma das principais vantagens da PNAD Covid-19 é a investigação por domicílio das rendas de outras fontes, entre as quais se incluem os AEs em virtude da pandemia. A tabela 3 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para três formas diferentes de calcular a renda domiciliar. A primeira considera apenas as rendas efetivas do trabalho dos componentes do domicílio, a segunda acrescenta as



rendas de outras fontes<sup>3</sup> e a terceira considera a renda domiciliar total, acrescentando o AE. Os valores das divisões das faixas de renda são apresentados no apêndice B.

TABELA 3  
Proporção e total de domicílios por faixa de renda (nov./2020)

	Sem renda	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Renda trabalho efetiva (%)	27,45	27,84	13,34	14,97	10,69	4,20	1,51
<b>Total de domicílios</b>	<b>18.841.822</b>	<b>19.107.112</b>	<b>9.155.064</b>	<b>10.274.042</b>	<b>7.333.616</b>	<b>2.885.248</b>	<b>1.033.738</b>
Renda com outras fontes (%)	5,53	31,20	19,29	20,74	15,00	6,01	2,22
<b>Total de domicílios</b>	<b>3.798.395</b>	<b>21.415.165</b>	<b>13.239.926</b>	<b>14.235.408</b>	<b>10.297.594</b>	<b>4.122.997</b>	<b>1.521.156</b>
Renda todas fontes (com AE) (%)	1,22	29,29	20,58	23,93	16,62	6,14	2,22
<b>Total de domicílios</b>	<b>835.530</b>	<b>20.099.270</b>	<b>14.127.263</b>	<b>16.422.766</b>	<b>11.406.013</b>	<b>4.213.161</b>	<b>1.526.638</b>

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Assim como em outubro, o forte impacto da pandemia é notado devido ao fato de que ainda 27,45% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda do trabalho. De acordo com a PNAD Contínua, esse valor era, no primeiro trimestre de 2020, de 23,5%. Naturalmente, a proporção de domicílios sem renda diminuiu consideravelmente quando acrescentamos as rendas de outras fontes, caindo para 5,53%, o que significa que 21,9% dos domicílios (ou cerca de 15 milhões) recebem apenas rendas de outras fontes.

A tabela 3, por sua vez, indica que, em novembro, de acordo com os dados da PNAD Covid-19, 4,32% dos domicílios (cerca de 2,95 milhões) sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do AE, o que representa uma queda de cerca 0,44 p.p. em comparação com os meses anteriores (a comparação dos dados de outubro e setembro é mostrada na tabela A.7 no apêndice). A tabela revela também que o AE elevou a proporção dos domicílios de renda média. Na tabela A.8 no apêndice mostra-se a evolução da proporção de domicílios que receberam apenas o AE como fonte de renda entre maio e novembro por UF. Nota-se que a proporção de domicílios que apenas receberam o AE vinha se reduzindo de forma muito lenta desde junho, quando alcançara 6,57%, sendo o mês de outubro a primeira queda mais substancial. A tabela mostra também que a proporção de domicílios que sobreviveram apenas com o AE é significativamente maior no Nordeste e alguns estados do Norte. Por exemplo, no Amapá, essa proporção atingira 12,87% em novembro, representando uma elevação em relação ao mês anterior. Os demais estados já apresentam uma proporção de domicílios exclusivamente dependentes do AE abaixo de 10%. Destaca-se a queda da proporção de domicílios exclusivamente dependentes do AE na Bahia, onde caiu de 12,7% em setembro para 6% em novembro.

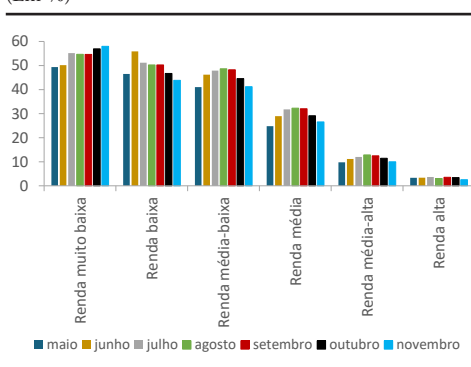
Na tabela 4, mostra-se a proporção de domicílios por faixa de renda que receberam o AE de acordo com as três formas de cálculo da renda domiciliar contidas na tabela 3 – a descrição das faixas de renda está no apêndice B. Na primeira coluna, que considera apenas a renda domiciliar efetiva do trabalho, 40,15% dos domicílios sem renda receberam o AE, e 60,4% dos domicílios de renda muito baixa também receberam. Na segunda coluna, quando se acrescenta a renda de outras

3. Trata-se de aposentadoria, pensão, mesada, doação, seguro-desemprego, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, rendimentos de aluguel e financeiros.

fontes, nota-se que 78% dos domicílios que ainda permaneciam sem renda receberam o AE. Por fim, na última coluna, já considerando a renda do próprio AE, 58% dos domicílios de renda muito baixa receberam o auxílio, proporção que, entre os domicílios de renda baixa, foi de 43,86%. De modo geral, em novembro, o AE alcançou proporção um pouco menor de domicílios, em comparação com outubro, exceto entre os de renda muito baixa. A comparação da proporção de domicílios que receberam o AE com os meses de maio a novembro é mostrada do gráfico 1.

GRÁFICO 1

**Domicílios que receberam o AE por faixa de renda: renda domiciliar total efetiva (com AE) (maio-nov./2020)**  
(Em %)



Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 4

**Domicílios que receberam o AE por faixa de renda (nov./2020)**  
(Em %)

	Divisão 1	Divisão 2	Divisão 3
Sem renda	40,15	78	0
Renda muito baixa	60,38	60,56	57,98
Renda baixa	44,96	40,1	43,86
Renda média-baixa	32,57	32,18	41,22
Renda média	17,73	18,66	26,56
Renda média-alta	7,79	8,03	10
Renda alta	1,84	2,19	2,54

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Divisão 1: apenas renda domiciliar do trabalho efetivo; divisão 2: renda domiciliar efetiva com outras fontes de renda (sem AE); e divisão 3: renda domiciliar total efetiva (com AE).

A tabela 5 mostra os rendimentos médios domiciliares a partir das diversas fontes de renda e por faixa de renda (de acordo com a renda domiciliar total efetiva). Nota-se que o rendimento médio domiciliar do trabalho efetivo foi de R\$ 2.557,55, o que, assim como a média individual, representa 93,7% da renda habitual (tabela 6). O acréscimo das rendas de outras fontes eleva o rendimento domiciliar efetivo médio para R\$ 3.553 – o AE, por sua vez, elevou em R\$ 230 a renda domiciliar total, alcançando R\$ 3.783,19.

A partir da tabela 5 é possível perceber que os impactos da pandemia sobre os rendimentos efetivos do trabalho foram muito mais acentuados entre os domicílios mais pobres e, conseqüentemente, os rendimentos de outras fontes, incluindo o AE, são mais relevantes para esses domicílios. Por exemplo, a renda domiciliar efetiva do trabalho para os de renda muito baixa foi de apenas R\$ 445 (somente 80% da renda do trabalho habitual), ao passo que, após todas as fontes de renda, incluindo o AE, a renda domiciliar média alcançou R\$ 1.075, o que representa 119% da renda domiciliar habitual com outras fontes de renda (R\$ 903).

A tabela 5 mostra também a comparação com os dados de outubro, em que se percebe que a queda do AE (que caiu de uma média de R\$ 690 para R\$ 555), le-

vou a uma queda da renda total efetiva das famílias. Entre outubro e novembro, a renda total efetiva média dos domicílios caiu 1,7% (de R\$ 3.851 para R\$ 3.783), enquanto que para os domicílios de renda muito baixa, a queda foi de 2,8% (de R\$ 1.106 para R\$ 1.075).

TABELA 5  
Rendimentos domiciliar médio por faixa de renda: diversas fontes de renda (set. nov./2020)  
(Em R\$ de novembro 2020)

Painel A: novembro							
	Rendimento efetivo do trabalho	Rendimento habitual do trabalho	Renda média de outras fontes	Renda com outras fontes efetiva (sem AE)	Renda com outras fontes habitual (sem AE)	AE	Renda total efetiva
Brasil	2.557,55	2.731,84	2.024,47	3.553,42	3.727,71	555,30	3.783,19
Renda muito baixa	445,46	554,00	747,26	794,49	903,02	480,35	1.075,03
Renda baixa	1.107,02	1.239,71	1.457,57	1.874,36	2.007,05	526,52	2.108,01
Renda média-baixa	2.138,75	2.305,47	1.799,28	3.021,35	3.188,07	605,31	3.274,64
Renda média	4.199,55	4.439,63	2.711,04	5.562,46	5.802,54	742,19	5.764,77
Renda média-alta	8.445,32	8.825,65	5.344,89	11.279,40	11.659,72	791,45	11.361,88
Renda alta	20.382,69	20.773,41	9.101,62	25.743,94	26.134,67	801,72	25.765,42
Painel B: outubro							
	Rendimento efetivo do trabalho	Rendimento habitual do trabalho	Renda média de outras fontes	Renda com outras fontes efetiva (sem AE)	Renda com outras fontes habitual (sem AE)	AE	Renda total efetiva
Brasil	2.550,38	2.751,04	2.062,13	3.556,58	3.757,24	690,66	3.851,27
Renda muito baixa	421,26	550,01	774,42	774,56	903,32	578,64	1.106,24
Renda baixa	1.026,15	1.166,07	1.439,56	1.778,07	1.917,99	682,71	2.100,38
Renda média-baixa	2.027,19	2.229,52	1.785,17	2.893,82	3.096,14	747,24	3.231,66
Renda média	4.080,29	4.344,74	2.683,04	5.443,95	5.708,40	887,72	5.708,76
Renda média-alta	8.457,77	8.879,08	5.348,54	11.278,47	11.699,78	894,58	11.384,70
Renda alta	20.800,59	21.247,14	9.236,70	26.316,75	26.763,29	740,06	26.343,44

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

As informações sobre o impacto do AE nos domicílios de renda mais baixa citadas no parágrafo anterior são resumidas na tabela 6. Na primeira coluna, apresenta-se a proporção da renda efetiva do trabalho sobre a renda do trabalho habitual. Como já indicamos, entre os domicílios de renda muito baixa, essa proporção era de apenas 80% (contra 77% em outubro). Já entre os domicílios de renda baixa, era de 89% (contra 88% em outubro), enquanto nos domicílios de renda alta alcançava 98%. Na segunda coluna, acrescenta-se a renda de outras fontes (sem o AE) e novamente se compara a proporção entre as rendas efetiva e habitualmente recebidas. Com o acréscimo de outras rendas, os rendimentos efetivamente recebidos entre os de renda muito baixa conseguiram alcançar 88% dos rendimentos habituais.

A terceira coluna da tabela 6 procura avaliar em que medida o AE conseguiu sustentar a renda domiciliar média. Partindo da suposição de que, sem os efeitos da pandemia, os rendimentos do trabalho efetivamente recebidos seriam muito próximos dos habitualmente recebidos, essa coluna, então, compara os rendimentos totais efetivamente recebidos, incluindo o AE, com a renda habitualmente recebida, incluindo as rendas de outras fontes, mas sem o AE. Em média, após o AE, a renda domiciliar foi 1% maior do que seria caso houvesse recebido rendimentos do trabalho habituais, mostrando que o AE pelo quinto mês consecutivo mais que compensa a diferença entre a renda efetiva e a habitual. Esse efeito foi maior entre os domicílios de renda baixa, em que, após o AE, os rendimentos foram 19% maior do que seriam com as rendas habituais. Ou seja, obtiveram uma renda cerca de quase um quarto acima do habitual após o AE.



As duas últimas colunas da tabela 6 mostram o impacto na renda domiciliar efetivamente recebida pelo AE, em reais e em porcentagem, respectivamente. Não surpreendentemente, em termos relativos, o impacto nos domicílios de renda muito baixa foi muito mais expressivo, tendo elevado a renda média domiciliar em 35,3%. No painel B da tabela 6, mostramos os dados de outubro para comparação. Com isso, nota-se que o aumento na renda causado pelo AE foi, em média, R\$ 64 menor que no mês anterior. Entre os domicílios de renda muito baixa, o aumento da renda causado pelo AE foi R\$ 51 menor que em outubro (R\$ 280 contra R\$ 331). Por conta disso, a renda efetiva dos domicílios de renda muito baixa foi 19% maior que a renda habitual, enquanto que, em setembro, havia sido 33% maior. A contínua recuperação da renda domiciliar efetiva, causada pelo aumento da população ocupada, mitigou um pouco o impacto da queda do AE, mas não conseguiu evitar a diminuição da renda domiciliar efetiva dos domicílios de baixa renda.

TABELA 6  
Renda domiciliar média efetiva em relação à renda habitual e aumento da renda domiciliar causado pelo AE (set.-nov./2020)

Painel A: novembro					
	Proporção da renda efetiva do trabalho sobre a habitual	Proporção da renda com outras fontes (sem AE) efetiva sobre a habitual	Proporção da renda total efetiva (com AE) sobre a renda com outras fontes habitual	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (R\$)	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (%)
Brasil	0,94	0,95	1,01	229,77	6,47
Renda muito baixa	0,80	0,88	1,19	280,54	35,31
Renda baixa	0,89	0,93	1,05	233,65	12,47
Renda média-baixa	0,93	0,95	1,03	253,30	8,38
Renda média	0,95	0,96	0,99	202,31	3,64
Renda média-alta	0,96	0,97	0,97	82,48	0,73
Renda alta	0,98	0,99	0,99	21,48	0,08
Painel B: outubro					
	Proporção da renda efetiva do trabalho sobre a habitual	Proporção da renda com outras fontes (sem AE) efetiva sobre a habitual	Proporção da renda total efetiva (com AE) sobre a renda com outras fontes habitual	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (R\$)	Aumento da renda domiciliar efetiva causado pelo AE (%)
Brasil	0,93	0,95	1,03	294,69	8,29
Renda muito baixa	0,77	0,86	1,22	331,67	42,82
Renda baixa	0,88	0,93	1,10	322,31	18,13
Renda média-baixa	0,91	0,93	1,04	337,84	11,67
Renda média	0,94	0,95	1,00	264,80	4,86
Renda média-alta	0,95	0,96	0,97	106,24	0,94
Renda alta	0,98	0,98	0,98	26,69	0,10

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Para compreender melhor a queda do AE por faixa de renda, mostra-se o quanto cada domicílio recebeu do AE em proporção ao que recebera em setembro. Os dados mostram que 11,35% dos domicílios que receberam o AE em setembro não receberam em novembro, proporção que é mais elevada nos domicílios de renda mais alta. Por sua vez, pouco mais de 48,26% dos domicílios receberam em novembro a metade do que receberam em setembro, proporção que entre os domicílios de renda muito baixa alcançou 53,55%. Da mesma forma, entre os domicílios mais pobres, pouco mais de 16% receberam o mesmo ou mais do AE do que no mês anterior, enquanto que nas demais faixas de renda tal proporção foi sempre maior que 20%. Esses valores explicam por que a queda do AE foi um pouco mais intensa nos domicílios de renda muito baixa.

TABELA 7

Valor do AE em novembro como proporção do recebido em setembro por faixa de renda  
(Em %)

	Brasil	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Não recebeu	11,35	9,34	11,03	11,35	14,29	20,81	39,42
Menos da metade de setembro	11,63	16,96	9,74	7,89	5,15	4,17	9,15
Metade de setembro	48,26	53,55	50,88	42,67	39,32	36,42	26,53
Entre a metade e menor que setembro	2,7	3,27	2,5	2,47	1,83	1,22	0
Igual a setembro	24,05	16,33	24,4	32,91	32,91	31,4	21,17
maior que setembro	2	0,55	1,45	2,7	6,5	6	3,73

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 4 Massa de rendimentos e impacto do AE

Os resultados apresentados mostram que, principalmente entre os domicílios de baixa renda, o AE ainda foi relevante para a manutenção da renda média domiciliar em novembro, como tem sido desde o início da pandemia. Para sabermos o impacto agregado do AE, devemos olhar para a massa de rendimentos. A queda da massa salarial devido à pandemia é causada tanto pela diferença entre a massa salarial efetivamente recebida e a massa habitualmente recebida entre aqueles que permaneceram ocupados como pela perda de rendimentos daqueles que perderam a ocupação.

A tabela 8 mostra a massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação a partir dos dados da PNAD Covid-19. O total da massa de rendimentos efetivos do trabalho foi de R\$ 181,9 bilhões (um crescimento de 0,23% em comparação com o mês anterior), enquanto a massa de rendimentos habitualmente recebidos foi de R\$ 194,2 bilhões. Os dados por posição na ocupação mostram que as diferenças das massas efetiva e habitualmente recebidas dos trabalhadores por conta própria representam cerca da metade da diferença total, apesar de a massa efetiva dos trabalhadores por conta própria ter crescido mais de 2,5% entre outubro e novembro. Estes receberam efetivamente R\$ 38,9 bilhões, contra os habituais R\$ 45,5 bilhões (uma diferença de R\$ 6,6 bilhões, cerca de 50% da diferença total de R\$ 12,3 bilhões).

TABELA 8

Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos por posição na ocupação (set.-nov./2020)

(Em R\$ bilhões de novembro de 2020)

	Efetiva	Habitual	Efetiva	Habitual	Efetiva	Habitual	Taxa crescimento da massa salarial efetiva
	Novembro		Outubro		Setembro		
Total	181,9	194,2	181,4	195,7	178,2	196,8	0,23
Formal	110,3	113,1	110,5	113,8	110,1	114,3	-0,25
Informal	19,1	20,6	19,4	21,0	18,4	20,4	-1,14
Conta própria	38,9	45,5	37,9	45,6	36,3	46,1	2,54
Empregador	13,6	15,0	13,7	15,3	13,4	15,9	-1,20

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 9, mostram-se as massas salariais efetiva e habitualmente recebidas, bem como a massa de rendimentos recebidos pelo AE e de rendimentos de outras fontes por faixa de renda. De acordo com a PNAD Covid-19, o total dos rendimentos provenientes do AE em novembro alcançou R\$ 16,5 bilhões (valor 4,2 bilhões menor do que em outubro), o que é 4 bilhões superior à diferença entre a massa

salarial habitualmente recebida e a massa efetivamente recebida (contra 7 bilhões maior no mês de outubro). Ou seja, o valor recebido pelo AE foi quase 35% maior que a perda da massa salarial entre aqueles que permaneceram ocupados. Por sua vez, a massa de rendimentos de outras fontes somou R\$ 71,7 bilhões, o que levou a massa de rendimentos efetivamente recebidos total da economia em novembro para R\$ 270,13 bilhões (valor 4 bilhões menor do que em outubro, e quase 9 bilhões menor que setembro).

Nota-se novamente que o AE foi muito importante para os domicílios mais pobres. Para as famílias de renda muito baixa, a massa de rendimentos do AE (R\$ 5,85 bilhões) foi 2,6 vezes superior à diferença entre a massa salarial habitual e a efetiva (R\$ 2,24 bilhões). Resultado semelhante foi observado para os domicílios de renda baixa, e mesmo para as famílias de renda média-baixa a massa do AE superou a diferença entre a massa efetiva e a habitual em R\$ 1,5 bilhões.

TABELA 9

**Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do AE e de outras fontes, por faixa de renda (out.-nov./2020)**

(Em R\$ bilhões de novembro de 2020)

Painel A: novembro					
	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	181,9	194,2	12,32	16,54	71,69
Renda muito baixa	9,22	11,46	2,24	5,85	7,28
Renda baixa	16,25	18,19	1,94	3,44	11,30
Renda média-baixa	37,08	39,94	2,86	4,39	15,30
Renda média	50,55	53,39	2,84	2,45	16,52
Renda média-alta	36,98	38,61	1,63	0,37	12,64
Renda alta	31,78	32,39	0,61	0,03	8,64
Painel B: outubro					
	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	181,48	195,63	14,15	21,20	72,39
Renda muito baixa	8,35	10,89	2,54	6,63	7,06
Renda baixa	14,21	16,13	1,93	4,47	10,43
Renda média-baixa	37,03	40,69	3,66	6,17	15,84
Renda média	52,12	55,44	3,32	3,40	17,53
Renda média-alta	37,60	39,45	1,85	0,48	12,76
Renda alta	32,16	32,81	0,65	0,04	8,77

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

Nas tabelas A.9 e A.10 do apêndice são mostrados os mesmos dados da tabela 9 por região e UF, respectivamente. Destaque para o fato de que, no Norte, a massa do AE foi três vezes maior que a diferença entre a massa salarial habitual e a efetiva. No Nordeste, a massa do AE foi 171% maior, ao passo que, no Sul, a massa do AE ainda era menor que a diferença entre a massa salarial habitual e a efetiva.

Os dados da PNAD Covid-19 de novembro são claros em mostrar, seja analisando por faixa de renda ou por região, que, apesar de a queda do AE ter diminuído a renda média dos domicílios e a massa efetiva total, o papel do AE na compensação da renda perdida em virtude da pandemia foi ainda importante. Isso apesar do fato de os desembolsos do auxílio em novembro terem sido menores que outubro, pois as diferenças entre as rendas efetivas e habituais continuaram caindo. Pelo quinto

mês consecutivo, o AE representa uma parcela da renda maior que a diferença entre a massa efetiva e a habitual para a economia como um todo, principalmente devido ao fato de ter-se observado recuperação da renda entre aqueles mais duramente afetados. Entretanto, essas diferenças caíram mais lentamente em novembro e permaneceram ainda expressivas para os trabalhadores informais e domicílios de renda muito baixa.



## Apêndices



### Apêndice A

TABELA A.1

#### Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por grupos demográficos (set-out./2020)

(Em R\$ de novembro de 2020)

	Rendimento efetivo do trabalho - outubro	Rendimento habitual do trabalho - outubro	Rendimento efetivo do trabalho - setembro	Rendimento habitual do trabalho - setembro	Razão dos rendimentos em outubro	Razão dos rendimentos em setembro
Brasil	2.193,96	2.365,00	2.186,45	2.413,36	92,8	90,6
Norte	1.717,35	1.822,58	1.678,93	1.809,75	94,2	92,8
Nordeste	1.588,79	1.708,25	1.591,20	1.743,87	93,0	91,2
Sudeste	2.455,00	2.656,93	2.442,58	2.719,41	92,4	89,8
Sul	2.365,14	2.564,51	2.363,87	2.615,53	92,2	90,4
Centro-Oeste	2.449,35	2.592,67	2.457,82	2.648,55	94,5	92,8
Masculino	2.339,84	2.525,39	2.331,97	2.576,76	92,7	90,5
Feminino	1.986,33	2.136,72	1.978,78	2.180,17	93,0	90,8
14 a 24 anos	1.173,82	1.244,96	1.169,59	1.258,72	94,3	92,9
25 a 39 anos	2.185,68	2.333,21	2.169,26	2.366,66	93,7	91,7
40 a 59 anos	2.454,12	2.660,24	2.456,74	2.730,18	92,3	90,0
60 anos ou mais	2.650,31	2.950,07	2.626,09	3.023,90	89,8	86,8
Não chefe de família	1.902,90	2.037,71	1.903,42	2.083,04	93,4	91,4
Chefe de família	2.529,43	2.742,53	2.510,04	2.791,59	92,2	89,9
Fundamental incompleto	1.166,60	1.304,15	1.142,50	1.312,21	89,5	87,1
Fundamental completo	1.435,15	1.603,70	1.423,42	1.629,20	89,5	87,4
Médio incompleto	1.315,34	1.448,16	1.288,78	1.471,01	90,8	87,6
Médio completo	1.648,28	1.787,52	1.635,96	1.806,61	92,2	90,6
Superior	3.693,80	3.926,03	3.696,75	4.028,01	94,1	91,8
Região metropolitana	2.654,95	2.872,22	2.650,00	2.946,33	92,4	89,9
Não região metropolitana	1.850,51	1.987,10	1.842,88	2.018,34	93,1	91,3

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

#### Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por Unidade da Federação (UF) (nov./2020)

	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Razão dos rendimentos em novembro (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	Razão dos rendimentos em outubro
Brasil	2.185,53	2.333,56	93,7	-0,4	92,8
Rondônia	1.835,65	1.928,17	95,2	0,8	94,8
Acre	1.758,02	1.817,36	96,7	1,2	95,8
Amazonas	1.713,63	1.817,27	94,3	1,7	93,4
Roraima	2.051,51	2.162,45	94,9	0,5	94,8
Pará	1.598,51	1.704,35	93,8	-2,9	93,6
Amapá	1.692,33	1.766,05	95,8	-4,6	96,3
Tocantins	1.803,61	1.875,41	96,2	-3,7	96,0
Maranhão	1.389,26	1.443,87	96,2	4,4	93,9
Piauí	1.570,53	1.627,71	96,5	0,3	94,2
Ceará	1.580,44	1.672,23	94,5	-0,7	94,1
Rio Grande do Norte	1.798,85	1.910,72	94,1	-3,3	92,8
Paraíba	1.616,17	1.716,04	94,2	-3,4	93,7
Pernambuco	1.739,59	1.847,42	94,2	1,6	93,1
Alagoas	1.519,40	1.594,47	95,3	2,1	94,6
Sergipe	1.625,38	1.775,90	91,5	-4,1	90,7
Bahia	1.549,67	1.691,05	91,6	1,0	91,7
Minas Gerais	1.883,98	2.029,17	92,8	-0,5	92,2
Espírito Santo	1.939,85	2.092,44	92,7	-0,7	92,1
Rio de Janeiro	2.606,82	2.866,57	90,9	-1,6	90,7
São Paulo	2.666,06	2.834,73	94,0	-0,7	93,0
Paraná	2.391,21	2.558,58	93,5	0,4	92,0
Santa Catarina	2.352,48	2.477,49	95,0	0,3	94,2
Rio Grande do Sul	2.393,76	2.581,23	92,7	1,4	91,1
Mato Grosso do Sul	2.378,53	2.418,63	98,3	1,4	96,3
Mato Grosso	2.241,89	2.337,17	95,9	-1,4	94,8
Goiás	2.016,80	2.158,30	93,4	-0,4	92,7
Distrito Federal	3.731,73	3.851,69	96,9	-0,7	95,6

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



TABELA A.3

**Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por UF (set-out./2020)**

(Em R\$ de novembro de 2020)

	Rendimento efetivo do trabalho - outubro	Rendimento habitual do trabalho - outubro	Rendimento efetivo do trabalho - setembro	Rendimento habitual do trabalho - setembro	Razão dos rendimentos em outubro	Razão dos rendimentos em setembro
Brasil	2.193,96	2.365,00	2.186,45	2.413,36	92,8	90,6
Rondônia	1.821,52	1.921,18	1.825,63	1.946,01	94,8	93,8
Acre	1.737,94	1.814,11	1.759,50	1.864,05	95,8	94,4
Amazonas	1.684,28	1.802,56	1.670,99	1.807,08	93,4	92,5
Roraima	2.041,56	2.154,54	2.040,63	2.188,16	94,8	93,3
Pará	1.646,62	1.758,50	1.571,51	1.712,37	93,6	91,8
Amapá	1.773,40	1.841,85	1.842,61	1.903,84	96,3	96,8
Tocantins	1.872,33	1.950,79	1.836,42	1.955,96	96,0	93,9
Maranhão	1.330,32	1.416,07	1.367,38	1.465,42	93,9	93,3
Piauí	1.565,81	1.662,89	1.604,83	1.703,79	94,2	94,2
Ceará	1.592,35	1.692,61	1.614,84	1.748,58	94,1	92,4
Rio Grande do Norte	1.860,20	2.003,85	1.820,68	2.027,25	92,8	89,8
Paraíba	1.672,36	1.785,14	1.719,27	1.848,82	93,7	93,0
Pernambuco	1.711,43	1.837,65	1.703,37	1.867,02	93,1	91,2
Alagoas	1.487,82	1.573,44	1.470,39	1.560,17	94,6	94,2
Sergipe	1.695,64	1.869,00	1.623,98	1.811,34	90,7	89,7
Bahia	1.534,49	1.673,17	1.522,64	1.711,52	91,7	89,0
Minas Gerais	1.893,03	2.053,13	1.886,68	2.091,70	92,2	90,2
Espírito Santo	1.954,40	2.121,96	1.963,59	2.175,48	92,1	90,3
Rio de Janeiro	2.648,42	2.920,47	2.589,04	2.905,22	90,7	89,1
São Paulo	2.684,43	2.885,16	2.683,92	2.985,51	93,0	89,9
Paraná	2.381,72	2.587,74	2.353,67	2.606,48	92,0	90,3
Santa Catarina	2.344,76	2.488,52	2.333,27	2.502,45	94,2	93,2
Rio Grande do Sul	2.361,74	2.591,71	2.395,35	2.702,23	91,1	88,6
Mato Grosso do Sul	2.346,44	2.437,53	2.280,33	2.438,30	96,3	93,5
Mato Grosso	2.274,20	2.399,73	2.262,85	2.409,24	94,8	93,9
Goias	2.024,50	2.184,34	2.033,02	2.223,72	92,7	91,4
Distrito Federal	3.759,78	3.932,23	3.866,54	4.140,01	95,6	93,4

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

**Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por posição na ocupação (set-out./2020)**

(Em R\$ de novembro de 2020)

	Rendimento efetivo do trabalho - outubro	Rendimento habitual do trabalho - outubro	Rendimento efetivo do trabalho - setembro	Rendimento habitual do trabalho - setembro	Razão dos rendimentos em outubro	Razão dos rendimentos em setembro
Brasil	2.193,96	2.365,00	2.186,45	2.413,36	92,8	90,6
Privado formal	2.147,83	2.226,98	2.153,33	2.260,39	96,4	95,3
Privado informal	1.338,98	1.476,17	1.303,39	1.479,66	90,7	88,1
Militar/estatutário	4.049,74	4.110,73	4.100,39	4.157,36	98,5	98,6
Público CLT	3.617,91	3.694,92	3.693,23	3.780,87	97,9	97,7
Público informal	2.028,17	2.056,26	2.026,22	2.096,23	98,6	96,7
Empregador	5.211,51	5.825,68	5.026,29	5.974,79	89,5	84,1
Conta-própria	1.599,58	1.923,08	1.553,96	1.973,02	83,2	78,8

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.5

**Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido por setor de atividade (nov./2020)**

	Rendimento efetivo do trabalho (1)	Rendimento habitual do trabalho (2)	Razão dos rendimentos em novembro (1/2)	Taxa crescimento da renda efetiva	Razão dos rendimentos em outubro
Agricultura, pecuária, produção florestal e pesca	1.429,45	1.536,54	93,0	1,2	92,8
Indústria extrativa	3.806,62	3.928,88	96,9	-4,6	95,7
Indústria da transformação	2.077,00	2.192,94	94,7	0,7	93,7
Fornecimento de eletricidade e gás, água, esgoto e coleta de lixo	2.456,09	2.512,09	97,8	-6,0	98,5
Construção	1.617,67	1.793,67	90,2	-2,3	88,5
Comércio no atacado e varejo;	1.745,64	1.884,84	92,6	-0,5	91,4
Reparação de veículos automotores e motocicletas	1.737,30	1.941,16	89,5	1,9	87,9
Transporte de passageiros	1.678,02	1.955,35	85,8	1,8	83,2
Transporte de mercadorias	2.122,62	2.240,29	94,7	3,0	93,5
Armazenamento, correios e serviços de entregas	2.113,92	2.236,21	94,5	-0,6	96,4
Hospedagem (hotéis, pousadas etc.)	1.878,61	2.311,92	81,3	0,9	87,3
Serviço de alimentação (bares, restaurantes, ambulantes de alimentação)	1.439,16	1.645,85	87,4	2,7	85,0
Informação e comunicação (jornais, rádio e televisão, telecomunicações e informática)	3.037,70	3.186,56	95,3	-3,1	94,7
Bancos, atividades financeiras e de seguros	4.298,17	4.394,02	97,8	2,3	97,0
Atividades imobiliárias	3.117,97	3.500,10	89,1	-1,6	87,8
Escritórios de advocacia, engenharia, publicidade e veterinária	3.517,31	3.815,52	92,2	1,2	92,0
Atividades de locação de mão de obra, segurança, limpeza, paisagismo e teleatendimento	1.689,92	1.755,26	96,3	0,6	95,2
Administração pública	3.724,72	3.757,63	99,1	-0,6	98,8
Educação	2.853,23	2.981,60	95,7	-2,7	95,5
Saúde humana e assistência social	3.093,34	3.257,74	95,0	-2,3	94,5
Organizações religiosas, sindicatos e associações	2.152,50	2.263,31	95,1	-2,5	92,8
Atividade artísticas, esportivas e de recreação	2.102,06	2.516,29	83,5	9,4	78,6
Cabeleireiros, tratamento de beleza e serviços pessoais	1.282,58	1.558,50	82,3	3,7	79,8
Serviço doméstico remunerado	908,03	984,33	92,2	0,7	90,5
Outro	2.250,18	2.432,45	92,5	1,8	91,1

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.6

**Rendimento médio do trabalho efetiva e habitualmente recebido setor de atividade (set-out./2020)**

	Rendimento efetivo do trabalho - outubro	Rendimento habitual do trabalho - outubro	Rendimento efetivo do trabalho - setembro	Rendimento habitual do trabalho - setembro	Razão dos rendimentos em outubro	Razão dos rendimentos em setembro
Agricultura, pecuária, produção florestal e pesca	1.411,92	1.521,81	1.405,08	1.536,87	92,8	91,4
Indústria extrativa	3.989,43	4.168,50	4.093,57	4.327,05	95,7	94,6
Indústria da transformação	2.063,35	2.202,71	2.084,25	2.296,44	93,7	90,8
Fornecimento de eletricidade e gás, água, esgoto e coleta de lixo	2.612,05	2.653,17	2.558,36	2.635,71	98,5	97,1
Construção	1.655,89	1.870,64	1.606,78	1.867,25	88,5	86,1
Comércio no atacado e varejo;	1.755,05	1.920,15	1.735,52	1.946,53	91,4	89,2
Reparação de veículos automotores e motocicletas	1.704,57	1.939,77	1.674,29	1.939,94	87,9	86,3
Transporte de passageiros	1.648,24	1.980,73	1.589,19	1.979,07	83,2	80,3
Transporte de mercadorias	2.061,05	2.204,67	2.100,01	2.284,09	93,5	91,9
Armazenamento, correios e serviços de entregas	2.125,92	2.204,26	2.048,77	2.131,48	96,4	96,1
Hospedagem (hotéis, pousadas etc.)	1.860,97	2.130,55	1.682,50	2.161,97	87,3	77,8
Serviço de alimentação (bares, restaurantes, ambulantes de alimentação)	1.401,26	1.649,09	1.401,40	1.719,37	85,0	81,5
Informação e comunicação (jornais, rádio e televisão, telecomunicações e informática)	3.136,43	3.313,61	3.180,28	3.458,44	94,7	92,0
Bancos, atividades financeiras e de seguros	4.201,57	4.331,32	4.323,39	4.529,35	97,0	95,5
Atividades imobiliárias	3.168,32	3.610,29	2.970,41	3.529,32	87,8	84,2
Escritórios de advocacia, engenharia, publicidade e veterinária	3.476,80	3.780,67	3.448,71	3.928,63	92,0	87,8
Atividades de locação de mão de obra, segurança, limpeza, paisagismo e teleatendimento	1.679,52	1.764,06	1.679,10	1.810,81	95,2	92,7
Administração pública	3.745,84	3.790,10	3.809,13	3.872,87	98,8	98,4
Educação	2.932,82	3.069,99	2.923,55	3.093,61	95,5	94,5
Saúde humana e assistência social	3.166,24	3.349,24	3.104,92	3.344,37	94,5	92,8
Organizações religiosas, sindicatos e associações	2.208,82	2.379,29	2.376,24	2.569,72	92,8	92,5
Atividade artísticas, esportivas e de recreação	1.920,87	2.444,75	1.901,23	2.614,46	78,6	72,7
Cabeleireiros, tratamento de beleza e serviços pessoais	1.236,73	1.549,47	1.184,22	1.606,19	79,8	73,7
Serviço doméstico remunerado	901,34	996,33	884,76	997,20	90,5	88,7
Outro	2.210,01	2.426,27	2.184,36	2.493,09	91,1	87,6

Fonte: PNAD Covid-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.7

**Proporção e total de domicílios por faixa de renda (set-out./2020)**

Proporção de domicílios por faixa de renda outubro - separando domicílio sem renda							
	Sem renda	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Renda trabalho efetiva	27,86	28,14	11,59	15,87	10,86	4,19	1,49
<i>Total de domicílios</i>	<i>19.136.531</i>	<i>19.325.351</i>	<i>7.962.657</i>	<i>10.899.443</i>	<i>7.456.639</i>	<i>2.874.816</i>	<i>1.026.648</i>
Renda com outras fontes	5,94	31,43	17,67	21,21	15,52	6,03	2,20
<i>Total de domicílios</i>	<i>4.082.789</i>	<i>21.588.824</i>	<i>12.132.742</i>	<i>14.566.704</i>	<i>10.658.672</i>	<i>4.143.100</i>	<i>1.509.253</i>
Renda todas fontes (com AE)	1,19	28,09	19,38	25,29	17,62	6,23	2,20
<i>Total de domicílios</i>	<i>815.279</i>	<i>19.289.615</i>	<i>13.311.374</i>	<i>17.372.202</i>	<i>12.100.709</i>	<i>4.281.935</i>	<i>1.510.970</i>
Proporção de domicílios por faixa de renda setembro - separando domicílio sem renda							
	Sem renda	Renda muito baixa	Renda baixa	Renda média-baixa	Renda média	Renda média-alta	Renda alta
Renda trabalho efetiva	28,82	28,25	11,34	15,46	10,5	4,15	1,48
<i>Total de domicílios</i>	<i>19.791.947</i>	<i>19.398.634</i>	<i>7.787.167</i>	<i>10.619.326</i>	<i>7.211.215</i>	<i>2.850.432</i>	<i>1.012.957</i>
Renda com outras fontes	7,20	31,14	17,37	21,01	15,11	5,98	2,19
<i>Total de domicílios</i>	<i>4.946.021</i>	<i>21.382.415</i>	<i>11.928.037</i>	<i>14.427.782</i>	<i>10.379.624</i>	<i>4.105.411</i>	<i>1.502.387</i>
Renda todas fontes (com AE)	1,23	25,72	20,24	26,62	17,78	6,22	2,20
<i>Total de domicílios</i>	<i>841.609</i>	<i>17.661.083</i>	<i>13.898.312</i>	<i>18.280.443</i>	<i>12.210.262</i>	<i>4.268.938</i>	<i>1.511.031</i>

Fonte: PNAD-COVID-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs: AE – Auxílio Emergencial.

TABELA A.8

**Domicílios que receberam apenas renda do AE, por UF (maio-nov./2020)**

(Em %)

	Novembro	Outubro	Setembro	Agosto	Julho	Junho	Maió
Brasil	4,32	4,76	5,98	6,2	6,46	6,57	5,17
Rondônia	3,45	4,08	3,98	3,48	4,58	3,77	3,37
Acre	7,85	7,64	7,45	6,38	6,32	5,1	3,75
Amazonas	7,5	8,09	9,8	9,94	11,25	11,62	9,94
Roraima	8,29	8,58	9,14	9,13	7,76	7,93	6,5
Pará	6,57	7,1	7,81	7,75	8,69	9,33	6,47
Amapá	12,87	11,38	11,81	12,44	11,33	11,41	8,26
Tocantins	6,03	5,84	6,53	5,59	5,34	5,35	3,68
Maranhão	8,31	10,05	12,81	12,87	12,31	10,83	7,73
Piauí	9,59	10,55	13,33	13,75	14,08	13,12	8,68
Ceará	8,71	9,51	11,33	10,93	11,07	11,09	9,22
Rio Grande do Norte	6,81	7,03	9,46	9,51	9,97	10,33	9,2
Paraíba	4,78	7,16	9,54	10,1	10,74	11,82	7,67
Pernambuco	6,85	7,75	9,05	9,75	10,38	11,87	8,28
Alagoas	8	8,85	10,43	11,64	11,18	10,91	8,15
Sergipe	4,74	5,35	9,67	10,97	12,08	11,99	10,67
Bahia	6	7,29	12,68	13,61	13,53	13,24	9,68
Minas Gerais	3,74	4,05	4,99	4,79	5,23	5,3	4,17
Espírito Santo	4,04	4,54	5,26	5,16	4,72	4,89	3,87
Rio de Janeiro	4,92	5,2	5,87	5,87	6,16	6,83	5,48
São Paulo	2,61	2,58	3,25	3,45	3,78	3,98	3,37
Paraná	1,92	2,23	2,47	2,9	3,32	3,01	2,98
Santa Catarina	1,67	1,72	1,56	1,68	1,89	2,03	1,66
Rio Grande do Sul	2,27	2,45	2,66	2,94	3,03	2,52	2,45
Mato Grosso do Sul	2,03	2,09	2,46	2,97	2,83	3,11	2,97
Mato Grosso	2,65	3,26	3,24	3,75	4,03	3,34	3,33
Goias	3,09	3,57	4,36	4,7	4,55	4,89	4,05
Distrito Federal	2,43	2,91	3,6	3,82	3,77	4,39	3,46

Fonte: PNAD-COVID-19/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.9

**Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do AE e de outras fontes, por região (out.-set./2020)**

(Em R\$ bilhões de novembro de 2020)

Painel A: outubro					
	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	181,86	194,18	12,32	16,54	71,69
Norte	10,48	11,09	0,60	1,80	3,31
Nordeste	29,33	31,28	1,95	5,29	14,21
Sudeste	91,71	98,42	6,71	6,45	35,88
Sul	32,65	34,90	2,25	1,87	13,08
Centro-Oeste	17,68	18,48	0,80	1,14	5,20
Painel B: setembro					
	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Brasil	181,48	195,63	14,15	21,20	72,39
Norte	10,59	11,23	0,65	2,30	3,38
Nordeste	28,95	31,13	2,18	6,77	14,26
Sudeste	92,16	99,74	7,58	8,18	36,30
Sul	32,15	34,87	2,71	2,39	13,23
Centro-Oeste	17,63	18,66	1,03	1,56	5,22

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.10

**Massa de rendimentos do trabalho efetiva e habitualmente recebidos, massa de rendimentos do AE e de outras fontes, por UF (nov./2020)**

(Em R\$ bilhões de novembro de 2020)

	Massa salarial efetiva	Massa salarial habitual	Diferença da massa habitual e efetiva	Massa de rendimentos do AE	Massa de rendimentos de outras fontes
Rondônia	1,31	1,37	0,07	0,18	0,40
Acre	0,44	0,45	0,01	0,11	0,19
Amazonas	2,13	2,26	0,13	0,34	0,63
Roraima	0,40	0,42	0,02	0,04	0,07
Pará	4,70	5,01	0,31	0,85	1,57
Amapá	0,45	0,47	0,02	0,11	0,11
Tocantins	1,06	1,10	0,04	0,15	0,34
Maranhão	2,75	2,86	0,11	0,66	1,32
Piauí	1,52	1,57	0,06	0,31	0,87
Ceará	4,79	5,07	0,28	0,85	2,33
Rio Grande do Norte	2,14	2,27	0,13	0,30	1,03
Paraíba	2,02	2,15	0,12	0,34	1,11
Pernambuco	5,58	5,92	0,35	0,86	2,36
Alagoas	1,47	1,54	0,07	0,41	0,80
Sergipe	1,22	1,34	0,11	0,21	0,69
Bahia	7,85	8,56	0,72	1,36	3,71
Minas Gerais	17,00	18,31	1,31	1,54	7,59
Espírito Santo	3,30	3,56	0,26	0,36	1,26
Rio de Janeiro	17,14	18,84	1,71	1,35	8,14
São Paulo	54,27	57,71	3,43	3,20	18,89
Paraná	12,50	13,38	0,88	0,79	4,26
Santa Catarina	7,99	8,42	0,42	0,39	2,97
Rio Grande do Sul	12,16	13,11	0,95	0,69	5,85
Mato Grosso do Sul	2,87	2,92	0,05	0,18	0,86
Mato Grosso	3,49	3,64	0,15	0,23	0,80
Goiás	6,39	6,83	0,45	0,55	1,98
Distrito Federal	4,93	5,09	0,16	0,18	1,56

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## Apêndice B



A tabela B.1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009 – período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtêm as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. O quadro B.1 apresenta também as faixas de renda a preços de maio de 2020.

TABELA B.1  
Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ de janeiro de 2009)	Renda domiciliar (R\$ de maio de 2020)
1 - Renda muito baixa	Menor que R\$ 900	Menor que R\$ 1.650,50
2 - Renda baixa	Entre R\$ 900 e R\$ 1.350	Entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09
3 - Renda média-baixa	Entre R\$ 1.350 e R\$ 2.250	Entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41
4 - Renda média	Entre R\$ 2.250 e R\$ 4.500	Entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83
5 - Renda média-alta	Entre R\$ 4.500 e R\$ 9.000	Entre R\$ 8.254,83 e R\$ 16.509,66
6 - Renda alta	Maior que R\$ 9.000	Maior que R\$ 16.509,66

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

A tabela B.2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho, com a queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

TABELA B.2  
Domicílios por faixas de renda (do trabalho)  
(Em %)

Faixa de renda	1º trim./2018	1º trim./2019	4º trim./2019	1º trim./2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



#### **Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)



#### **Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Fábio Servo  
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marcelo Nonnenberg  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Paulo Mansur Levy  
Sandro Sacchet de Carvalho

#### **Equipe de Assistentes:**

Ana Cecília Kreter  
Augusto Lopes dos Santos Borges  
Caio Rodrigues Gomes Leite  
Felipe dos Santos Martins  
Felipe Moraes Cornelio  
Felipe Simplicio Ferreira  
Leonardo Simão Lago Alvite  
Marcelo Lima de Moraes  
Mateus de Azevedo Araujo  
Pedro Mendes Garcia  
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.